

“É UMA VIAGEM QUE JAMAIS TERMINA”: AS MIGRAÇÕES INTERNAS NO ROMANCE SEARA VERMELHA DE JORGE AMADO

LIDIANE M. MACIEL

RESUMO *Este artigo apresenta as migrações rurais na década de 1940 por meio da literatura. Seu objetivo é explicitar o impacto do fenômeno para os migrantes, valorizando os conteúdos de Seara Vermelha de Jorge Amado. Nessa ficção, o autor descreve o drama de migrantes que circulavam pelo interior da Bahia em direção ao estado de São Paulo. A metodologia utilizada é qualitativa e segue a tradição dos estudos culturais; como resultados e conclusões realiza-se uma leitura comparada entre os fatos históricos e a produção ficcional a fim de encontrar correlações, reconhecendo a potencialidade do romance em descrever o processo migratório.*

PALAVRAS-CHAVE *Migração Interna. Questão Social. Literatura. Jorge Amado.*

“IT IS A TRIP THAT NEVER ENDS”: MIGRATIONS IN JORGE AMADO’S NOVEL SEARA VERMELHA

ABSTRACT *This article presents rural migrations in the 1940s through literature. Its objective is to explain the impact of the phenomenon on migrants, valuing the contents of Seara Vermelha by Jorge Amado. In this fiction, the author describes the drama of migrants who circulated through the interior of Bahia towards the state of São Paulo. The methodology used is qualitative and follows the tradition of cultural studies, as results and conclusions a comparative reading is carried out between historical facts and fictional production in order to find correlations, recognizing the potential of the novel in describing the migratory process.*

KEYWORDS *Migration. Social Issue. Literature. Jorge Amado.*

INTRODUÇÃO

No Brasil, as migrações internas a partir das décadas 1930 e 1940 foram necessárias ao desenvolvimento econômico do eixo Sudeste. O fenômeno redesenhou demograficamente o país, dividindo-o em áreas de atração e áreas de expulsão, como nos mostrou Singer, no seu livro *Economia Política da Urbanização* (1976) e outros estudos que sucederam a obra do autor. A partir de 1960, com o fortalecimento das Ciências Sociais no Brasil, diversas foram as obras que se dedicaram a essa reflexão, com destaque ao pioneirismo do trabalho de Eunice Durham, de 1973, intitulado *A caminho da cidade*.

No entanto, fora de um cenário exclusivamente acadêmico, a expressividade do fenômeno também foi registrada por diferentes autores da literatura brasileira e artistas plásticos da primeira metade do século XX. Romances, considerados regionalistas, como *Vidas Secas*, de Graciliano Ramos (1892-1953), de 1938, e *O Quinze*, publicado em 1930 [2006] por Raquel de Queiroz (1910-2003), relataram o sofrimento de populações inteiras atingidas pela seca e pelo latifúndio no Nordeste brasileiro e que se colocaram a migrar ou “retirar-se”. Já nas artes plásticas, em 1944, o pintor Cândido Portinari (1903-1962) apresentou ao público geral sua obra *Os retirantes* (óleo sobre tela), representação que marcou o imaginário nacional sobre a condição migrante. Na obra, são apresentados oito personagens flagelados pela seca que elucidam o sofrimento migrante.

Considerando-se a questão social, Jorge Amado (1912-2001), escritor baiano vinculado ao Partido Comunista desde 1932, ainda na sua juventude, escreveu uma série de romances com teor voltado à questão social. Dessa fase, destacam-se *Jubiabá* (1935) e *Seara Vermelha* (1946), romances que refletem o posicionamento político do autor no período voltado ao comunismo.

Nas décadas de 30 e 40, foram acalorados os debates sobre os rumos do comunismo soviético e as possibilidades de revoluções na América Latina. Em 1935, o cenário político nacional foi marcado pela “Intentona Comunista”, organizada por Luís Carlos Prestes — o “amigo dos camponeses” —, a quem Jorge Amado dedicou o romance *Seara Vermelha*. O autor utilizou uma frase de Prestes para abrir o romance, denunciando, assim, a questão social, em particular, a pobreza: “está no latifúndio, na má distribuição da propriedade territorial, no monopólio da terra, a causa fundamental do atraso, da miséria e da ignorância do nosso povo” (AMADO, 1946, epígrafe).

Considerando os conteúdos de *Seara Vermelha*, este ensaio se dedica à explicitação dos territórios circulatórios dos camponeses expulsos pelo latifúndio baiano nas décadas de 1930 e 40. Afirma-se, por meio deste trabalho, que somente alguém como o autor, que vivenciou de perto a migração de centenas de famílias nordestinas rumo à São Paulo, com profundo conhecimento sobre o território baiano, o cenário político/econômico e a conjuntura do período, poderia relatar trajetórias tão contundentes de personagens que se assemelham a tipos ideais weberianos da migração brasileira.

Além desta primeira seção introdutória e das considerações finais, a reflexão apresenta quatro outras seções. A segunda apresenta a estrutura do livro, trazendo uma sinopse explicativa dos principais temas tratados e a complexidade dos personagens e período histórico. Na terceira, busca-se compreender a condição do camponês baiano da década de 1940. Na quarta seção, explora-se a questão da migração no Brasil da primeira metade do século XX, para, por fim, na quinta seção, discutir os territórios circulatórios vividos pelos migrantes, passando por Juazeiro (BA), Pirapora (MG), e São Paulo (SP).

Os conceitos orientadores para essa reflexão são “território circulatório”, de Alain Tarrius (1994), e “migração”, de Abdelmalek Sayad (1999). Esclarece-se que, aqui, a pretensão sociológica não é realizar uma crítica literária; logo, este trabalho dedica-se

a analisar as situações vividas pelos migrantes descritas por Jorge Amado. Assim, valorizam-se a representação do processo de deslocamento de nordestinos para São Paulo e seus territórios de vida e morte. Para explorar a dimensão da migração, este ensaio se concentra no conteúdo do primeiro livro, pois é nele que se apresenta a experiência do processo migratório. No entanto, esclarece-se que ainda são possíveis outros recortes reflexivos tamanha a riqueza da obra.

A ESTRUTURA DE *SEARA VERMELHA* DE JORGE AMADO: ENTRE O CANGAÇO, A MORTE E A MIGRAÇÃO

A obra está dividida em prólogo, primeiro livro, segundo livro e epílogo¹. O prólogo é nomeado de “A seara: a festa” e tem dez subseções. O primeiro livro “Os caminhos da Fome”, é subdividido em “A caatinga” (23 seções), “O Rio” (11 seções) e “O trem de ferro” (14 seções). O segundo livro é intitulado “As estradas da Esperança” e está subdividido pelas histórias de “José” (14 seções), “Jão” (14 seções) e Nenén (14 seções). Um epílogo, “A colheita”, fecha a obra e é dedicado a esclarecimentos finais por meio da trajetória de “Tonho” (5 seções), o neto com perspectiva de emancipação familiar pela geração.

Os personagens centrais da narrativa estão em torno do núcleo familiar de Jucundina e Jerônimo – filhos(as) e netos(as). José, Jão, Juvêncio, Ernestina e Marta são, respectivamente, os filhos e as filhas; Zefa é a irmã de Jerônimo, a personagem também merece destaque pois é dominada por manifestações e visões sobrenaturais. Destaca-se também a presença de animais, como a gata marisca e o jumento Jeremias. Ambos terão um final trágico, como ocorre com quase todos os personagens do livro.

Eles habitam a propriedade de um fazendeiro radicado no Rio de Janeiro, Dr. Aureliano, filho do Coronel Inácio, já falecido quando se inicia o romance. O sistema produtivo adotado para seus trabalhadores é o de colonato e meação. A propriedade é

¹ A edição publicada originalmente em 1946, composta por 341 páginas, foi ilustrada por Carlos Scliar e teve sua capa assinada por Carybé. Ambos eram amigos de Jorge Amado.

administrada por Artur, que controla com mãos de ferro a produção. O disparador do processo migratório da família de Jerônimo é a carta de Dr. Aureliano, endereçada a Artur, com a informação de que havia vendido a fazenda. A carta é apresentada em um contexto em que a fazenda estava em festa, por motivo de um casamento.

A nova condição exigia que o administrador “despachasse” todos os colonos antes de o novo dono chegar. A ordem é cumprida, e os camponeses tornam-se *retirantes*. Assim, nota-se a prevalência da migração familiar. Artur segue na fazenda, sob o olhar do novo proprietário.

A segunda parte do livro se dedica à análise das estratégias dos filhos do casal Jerônimo e Jucundina. São eles: José (Zé Trovoada), Jão e Juvêncio (Nenén). Esses personagens apresentam trajetórias diversas e apontam as “estradas da esperança”, como nomeia o autor.

O epílogo se dedica também a trazer elementos da saga familiar, mas concentra-se na explicitação da situação de Tonho, filho de Ernestina e Pedro Ribeiro – neto do casal Jucundina e Jerônimo. Além desse personagem, a trajetória de Nenén como preso político também volta à narrativa. Amado (1946), a partir do cotidiano desses personagens, mostra-nos a sobreposição de processos migratórios ao destacar a presença de italianos e baianos no cenário do interior paulista, na fazenda de café. Portanto, trata-se de uma seção centrada nas memórias familiares – em particular, do deslocamento – e nas perspectivas de futuro que envolvem a luta política.

Além do núcleo de colonos da fazenda, outros personagens importantes são Lucas Arvoredo, o cangaceiro conhecido como “Governador do Sertão” (AMADO, 1946, p. 227); o beato Estevão, em menção aos relatos de líderes messiânicos baianos, como Antônio Conselheiro (da Revolta de Canudos); e o decante Dr. Epaminondas Leite, assediador de pacientes mulheres na cidade de Pirapora (MG) e responsável por fornecer o atestado de saúde aos migrantes que buscam São Paulo.

Verifica-se que a estrutura da narrativa é centrada em uma história familiar e na forma como seus membros encontram soluções para continuar sobrevivendo. Deslocam-se em um cenário definido anteriormente em que algumas possibilidades estão abertas. Nesse contexto, destaca-se a migração para São Paulo em busca de emprego ou do “Eldorado”, da riqueza fácil. Salienta-se também o ingresso na vida militar, no cangaço, na vida messiânica, e no Partido Comunista do Brasil, como estratégia de sobrevivência à fome e à seca.

A CONDIÇÃO DOS TRABALHADORES DO SERTÃO DA BAHIA NAS DÉCADAS DE 1930 E 40: O LATIFÚNDIO E A PRÁTICA DE MEAÇÃO

As primeiras incursões no território da Bahia ocorreram ainda no século XVI, durante a “colonização” do Brasil. A historiografia oficial considera que foi em Porto Seguro, hoje município ao sul do estado, onde, em 22 de abril de 1500, os portugueses aportaram. Já em 1530, a Coroa Portuguesa fundou as capitanias hereditárias. Na Bahia, foram doadas para Dom Antônio de Athaide (primeiro Conde de Castanheira) sete capitanias: da Bahia de Todos os Santos, de Francisco Pereira Coutinho, de Porto Seguro, de Pero de Campos Tourinho, de Ilhéus, de Jorge de Figueiredo Correia e de Itaparica. Já para Álvaro da Costa, foi doada uma: a capitania do Recôncavo. O Governo-geral foi instalado depois, em 1549, em Salvador (TAVARES, 2001; MATTA, 2013).

Nos primeiros séculos após a colonização, as atividades econômicas desenvolvidas dividiam o estado em quatro áreas de desenvolvimento, a saber: 1) Salvador: centro financeiro, político e comercial; 2) o Recôncavo Baiano: produtor de açúcar, nos moldes *plantation*, mandioca e fumo; 3) o sertão: pecuária, policultura e extração mineral; e 4) o sul da Bahia (costa das capitanias de Ilhéus e Porto Seguro): extração da madeira e

plantações de mandioca. Do século XVI ao XIX, verificou-se a grande circulação dos colonizadores, sobretudo portugueses, negros derivados de processos de escravidão e indígenas, primeiros ocupantes do território que compuseram o povo brasileiro (RIBEIRO, 1995).

A estrutura agrária do estado da Bahia, desde os primeiros séculos de ocupação, respondeu às demandas da política colonial agroexportadoras (capitanias hereditárias e sesmarias). Tal estrutura era sustentada pela monocultura e pela concentração de terras, conforme relata Furtado (2007). Como a crise do modelo agroexportador começou ainda no século XIX, a ocupação e a interiorização no estado da Bahia tornaram-se uma realidade apoiada na exploração de trabalhadores escravizados. Nesse novo contexto, o destaque foi dado à pecuária extensiva e à agricultura de subsistência.

Em relação à geografia do sertão da Bahia, em particular, ali predomina o clima semiárido, com temperaturas elevadas durante todo o ano e baixa pluviosidade; algumas áreas apresentam um longo período de estiagem. A vegetação predominante é a caatinga, por onde circulavam os retirantes de *Seara Vermelha*.

Já nas primeiras décadas do século XX, com a abolição da escravatura, o arrendamento da terra e o sistema meação se fizeram presentes como forma de reorganização da sociedade pós-escravista na Bahia, e considera-se também, nesse contexto, o impacto gerado na estrutura fundiária do estado pela Lei de terras, de 1850². Souza (1999), em estudo sobre a memória dos trabalhadores rurais do Recôncavo Baiano e sobre a coexistência da *plantation* com a agricultura de subsistência, esclarece que as práticas de meação se aprofundaram após a abolição, mas já eram presentes no engenho escravista, visto que era comum o escravizado cultivar sua própria roça com autorização do senhor.

A estratégia utilizada pelo latifundiário era bastante eficiente, pois

² O estudo de Angelina Nobre Rolim Garcez e Hermano Augusto Machado, "Leis de terra do Estado da Bahia", de 2001, traz um balanço profundo sobre os atos normativos que impactaram a divisão de terras no estado da Bahia desde 1850.

ao ceder um pedaço de terra em usufruto e a folga semanal para trabalhá-la, o senhor aumentava a quantidade de gêneros disponíveis para alimentar a escravaria numerosa. Ao mesmo tempo que fornecia uma válvula de escape para as pressões resultantes da escravidão. (REIS; SILVA, 1989, *apud* SOUZA, 1999, p. 377).

Estudos recentes sobre a estrutura agrária da Bahia, a partir da década de 1940 até 2006, mostram que “nesse período houve uma transformação no sentido de concentrar, ainda mais, a propriedade das terras” (GERMANI, 2010, p. 7). É neste contexto histórico, entre as estruturas da sociedade agrária da monocultura e as transformações derivadas de sua crise, que se desenrola o romance *Seara Vermelha*. Todos os trabalhadores citados por Jorge Amado são meeiros, colonos ou trabalhadores temporários de uma fazenda. Dentre os personagens coadjuvantes, destaca-se a história do tocador Bastião, preto que ganhara “um pedaço de terra” do antigo dono da fazenda, o senhor Inácio. Entretanto, como a posse nunca foi registrada, na ocasião da morte de Inácio e do inventário feito pelo filho, Bastião não foi contemplado, sendo expulso da propriedade.

Em 2010, o estudo de Guiomar Inez Germani demonstrou que, além de o estado da Bahia ter historicamente uma estrutura de propriedade concentrada, as terras devolutas ocupadas de maneira ilegal representavam uma grande porção do território:

A estrutura da propriedade da terra é que parte significativa destas terras são terras devolutas, isto é, patrimônio público que está sendo apropriado individualmente como mercadoria, seja como reserva de valor ou como valor de troca. Estima-se que mais de 55% do território baiano esteja nesta situação, isto é, constituído por terras devolutas, mas que o Estado não sabe onde e com quem estão, portanto, não tem o controle deste patrimônio público (GERMANI, 2010, p. 8).

Portanto, a problemática da propriedade rural assume, na Bahia, um espaço privilegiado nas discussões, inclusive por conta da atuação dos movimentos sociais vinculados às comunidades quilombolas e sem terras. Isso expõe as fraturas da questão social e a vulnerabilidade do povo baiano relatadas também de maneira “fictícia” na obra de Jorge Amado, em diferentes romances.

MIGRAÇÃO NA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XX

Segundo Singer (1980), entre 1930 e 1945, devido à movimentação no plano da política nacional com a ascensão de Vargas, as oligarquias perderam a força que tinham no controle da população. Ademais, a construção de uma rede de rodovias que passou a interligar as principais regiões do país facilitou as comunicações e estimulou as migrações internas

Em 1951, a Lei n. 1.348 delimitou o Polígono das Secas, área de 950 mil quilômetros quadrados (52,7% do Nordeste) que vai desde o Piauí até o norte de Minas Gerais, onde o clima é semiárido e a vegetação é a caatinga. As ações governamentais na região, no entanto, começaram no início do século XX, com a criação de uma inspetoria de obras, que mais tarde se transformaria no Departamento Nacional de Obras contra as Secas (DNOCS).

Nos primeiros estudos dos processos migratórios entre Nordeste e Sudeste, argumentava-se que a principal causa das migrações estava relacionada à seca. No entanto, os estudos econômicos ainda da segunda metade do século XX mostraram que a justificativa mais levantada para o problema da seca encobria interesses políticos. Furtado (1998), em entrevista publicada no livro *Seca e poder*, explica-nos que o problema do Nordeste não era a seca exatamente, mas a cerca, ou seja, a propriedade privada e os usos dessa condição climática pelo que chamou de “indústria da seca”.

Sabe-se, por meio do trabalho de Ojima e Fusco (2015), que “os migrantes do Nordeste se moveram em grande número,

somando, aproximadamente, 300 mil pessoas durante os primeiros anos do século 20” (OJIMA; FUSCO, 2015, p. 12), e ainda que, durante a década de 1930, o Nordeste perdeu em torno de 650 mil pessoas para outras áreas do país. Em 1940, esse número chegou a mais de 900 mil.

Segundo Baeninger (2012, p. 24), “com o término do subsídio à imigração internacional (1927) e a crise do café (1929), as migrações internas passariam a responder pelas necessidades de mão de obra nacional (Cano, 1977; Graham e Buarque de Holanda, 1971)”. A autora ainda apresenta dados relativos à entrada de migrantes nacionais no estado de São Paulo pós-1930, concluindo que, até a década de 1960, o estado havia recebido 2,5 milhões de pessoas.

Já em 1935, o governo do estado de São Paulo celebrou contratos com companhias particulares de imigração e de colonização, com o objetivo de aumentar o número de migrantes nacionais, “mediante uma subvenção oficial”. Necessitava-se, nesse período, de mão de obra para as ainda existentes fazendas de café de São Paulo (MACIEL; AQUINO, 2020). A criação da Inspetoria de Trabalhadores Migrantes é daquele período. Tais companhias aliciariam, no Nordeste e Norte de Minas Gerais, pessoas interessadas em vir para São Paulo: “pagavam a passagem e 60 mil réis por migrante avulso, maior de 12 anos, e 30 mil réis por menores de 3 a 12 anos” (GOMES, 2006, p. 148). A Figura 1, da antiga hospedaria, faz parte dos registros desse processo.

Figura 1 - Migrantes da Bahia na Hospedaria do Brás



Fonte: Acervo Museu da Imigração/APESP.

Esse processo foi aprofundado em 1939, quando o Estado efetivou o aliciamento ao criar a Inspetoria de Trabalhadores Imigrantes. Os funcionários da Secretaria de Migração e Colonização ficavam instalados nos terminais ferroviários de Montes Claros e de Pirapora, cidades essas citadas no romance de Jorge Amado aqui analisado. Os trabalhadores migrantes, ainda na década de 1930 e 1940, eram destinados às fazendas de café do interior de São Paulo. Amado (1946), ao apresentar uma reflexão de um personagem, expõe a especulação sobre o lugar de destino após dezenas de dias viajando: “nem sabiam que destino haviam de tomar em São Paulo, um homem contara que ficariam na Hospedaria dos Imigrantes até que algum fazendeiro os contratasse” (AMADO, 1946, p. 140).

Os migrantes compuseram, junto com os imigrantes italianos, a força de trabalho na lavoura, que, mesmo em crise, ainda necessitava de mão de obra. Segundo dados da Hospedaria dos Imigrantes de São Paulo:

O Relatório da Secretaria de Agricultura, Comércio e Obras de 1928 registrou a entrada de mais de **55 mil brasileiros** no estado de São Paulo. Pouco mais de 12 mil desembarcaram no porto de Santos e o restante, **cerca de 43 mil, chegou por meio das estradas de ferro**. Segundo o documento, **em 1928, mais de 88 mil pessoas passaram pela Hospedaria de Imigrantes do Brás** (isso se deve aos números de reentrados e leva em conta, também, os migrantes internacionais). Apesar disso, no que diz respeito aos nacionais, só há, para o ano citado, **aproximadamente 30 mil** matrículas digitalizadas. Eis uma lacuna a ser preenchida³. (MUSEU DA IMIGRAÇÃO SÃO PAULO, 2020, S/N. Grifo nosso).

³ Brasileiros na Hospedaria: A viagem ao Eldorado. Museu da Imigração. Disponível em: <https://www.museudaimigracao.org.br/blog/conhecendo-o-acervo/brasileiros-na-hospedaria-a-viagem-ao-eldorado>. Acesso em: 18 fev. 2023.

⁴ Jornal *Diário Nacional*, 10.05.1928. Disponível em: <https://www.museudaimigracao.org.br/blog/conhecendo-o-acervo/brasileiros-na-hospedaria-a-viagem-ao-eldorado>. Acesso em: 18 fev. 2023.

No caso dos migrantes do estado da Bahia, sua trajetória, conforme relatam a historiografia e os jornais da época, tais como o *Diário Nacional*⁴, envolvia o deslocamento a pé, cortando a caatinga, até a cidade de Juazeiro, onde se iniciava a travessia de barco, seguindo as águas do São Francisco até a cidade de Pirapora. Nesse local, instalavam-se empresas, inclusive estatais, que promoviam os deslocamentos dos migrantes, de trem, até São Paulo. É exatamente esse percurso que Jorge Amado explicita em *Seara Vermelha*. O autor apresenta os dramas da família de Jerônimo e Jucundina nessa travessia, valorizando os aspectos subjetivos e as escolhas feitas pelos personagens no percurso.

TERRITÓRIOS CIRCULATÓRIOS DOS MIGRANTES: O QUE O ROMANCE ENSINA SOBRE OS MIGRANTES DO INTERIOR DA BAHIA A SÃO PAULO

No prólogo da obra, intitulado “A Seara”, Amado (1946) mostra ao público leitor que “onde se planta, se colhe”, não há pobreza evidente para alguns grupos sociais na fazenda de Dr. Aureliano. Essa descrição se diferencia do que se representou sobre o Nordeste em outras narrativas, isto é, como um lugar inóspito e seco. A questão social está toda concentrada, portanto,

na mazela do latifúndio; dessa forma, o autor afirma, de maneira implícita, que o problema da migração está nas decisões voltadas à política fundiária e não necessariamente nas condições ambientais.

Ainda no prólogo concentram-se as narrativas sobre as relações de trabalho na fazenda; a sociabilidade da vida cotidiana, na qual ganham grande destaque as relações entre os colonos/meeiros e o administrador e/ou patrões, e, sobretudo, as causas estruturais do desencadeamento do processo migratório. O personagem Artur, o administrador, ganha destaque na crítica feita por Jerônimo, trabalhador da fazenda, que revela certa tensão intraclasses sociais:

Para Jerônimo tudo se resumia numa questão de homens: o coronel Inácio era um homem bom, consentia que eles lavrassem as terras da fazenda. O doutor Aureliano era um homem ruim, mandara-os expulsar. **E pior que todos era Artur, que antes fora trabalhador como eles, e que roubara a todos eles na hora do acerto de contas** (AMADO, 1946, p. 70. Grifo nosso).

O processo de deslocamento, primeiro, está sujeito ao discurso sobre outras territorialidades. Expectativas de melhora de vida se apresentam como a principal intenção para o deslocamento. Portanto, é necessário compreender que, normalmente, há uma insustentabilidade da condição de vida. No caso da família migrante do romance de Jorge Amado, São Paulo já se apresentava nos discursos como um local fértil. No trecho a seguir, relata-se a rede informacional entre os migrantes.

Por vezes, nos domingos, os vizinhos chegavam para tomar uma pinga e contar uns casos e se demoravam pela cozinha, ouvindo algum tocador de violão ou de harmônica, **trocando impressões sobre parentes que haviam emigrado para São Paulo e dos quais tinham vagas e otimistas notícias.** “Diz que Maneca **Fulô enricou** de fazer medo, cumpadre.”

“Dizque em pouco tempo...” “Isso é que é terra, cumpadre, pra um homem de trabaio...” (AMADO, 1946, p. 45. Grifo nosso).

Em paralelo à análise sociológica da migração, Sayad (1999), ao analisar os casos dos imigrantes argelinos na França, considera que é necessário se voltar à ordem do discurso sobre o território. Para o autor, a experiência da imigração é ela mesma organizada e relatada segundo os esquemas tradicionais, e é por meio do uso do vocabulário do sistema mítico-ritual que o informante toma conta da França ou de qualquer lugar que desencadeie um deslocamento. Conforme apontado por Maciel (2016, p. 41),

segundo Sayad (1999), os migrantes ainda projetam aspiração irrealista sobre o processo econômico e social vivenciado, aplicando, então, as disposições da memória, que sempre deve ser tomada como uma reconstrução a partir do presente, do que fora vivenciado.

Assumindo a questão migratória como fundamental, Amado (1946) apresenta, em diferentes passagens, a perspectiva da migração nordestina como expulsão, e não como homens e mulheres aventureiros em busca de riqueza ou melhora na condição de vida. Os discursos sobre a migração também mostram que as narrativas sobre São Paulo eram fundamentais para desencadear o processo.

E através da caatinga, cortando-a de todos os lados, viaja uma inumerável multidão de camponeses. **São homens jogados fora da terra pelo latifúndio e pela seca, expulsos de suas casas, sem trabalho nas fazendas, que descem em busca de São Paulo, Eldorado daquelas imaginações.** Vem de todas as partes do Nordeste na viagem de espantos, cortam a caatinga abrindo passo pelos espinhos, vencendo as cobras traiçoeiras, vencendo a sede e a fome, os pés calçados nas alpargatas de couro, as mãos rasgadas, os rostos

feridos, os corações em desespero. São milhares e milhares se sucedendo sem parar. É uma viagem que há muito começou e ninguém sabe quando vai terminar porque todos os anos os colonos que perderam a terra, os trabalhadores explorados, as vítimas da seca e dos coronéis, juntam seus trapos, seus filhos e suas últimas forças e iniciam a jornada (AMADO, 1946, p. 59. Grifo nosso).

Como se observa, revelam-se os discursos sobre o “Eldorado” e as condições materiais que expulsam os camponeses. É no primeiro livro, “Os caminhos da fome”, que Amado (1946) se dedica a explorar a condição dos migrantes pelo caminho da fazenda no interior da Bahia — do sertão — a São Paulo.

Nesse contexto, as interações entre os atores sociais são conflitivas, pois há diversos interesses em jogo que modificam os territórios em que se circula (RAFFESTIN, 1993). O cenário de *Seara Vermelha* é composto por territórios que estão em profunda transformação. Conforme citado na seção dois deste artigo, o sertão da produção pecuária e de subsistência vê suas elites também migrarem e venderem as terras conquistadas ainda no período colonial. A caatinga, conforme descrita por Amado (1946), é um território do “desajuste”, do residual da sociedade em desestruturação, ou seja, é um lugar onde habitam migrantes, cangaceiros e beatos.

Ao lado das serpentes e dos lagartos, vivem os cangaceiros na caatinga e também eles, por vezes, liquidam no tiro das suas repetições os sertanejos que descem e que sobrevivem na contínua migração. E aqui surgem, no coração seco da caatinga, os beatos mais famosos, aqueles que arrastam multidões dramáticas no seu passo, enchendo o sertão de orações estranhas, de ritos supersticiosos, anunciando pela boca repleta de profecias o fim do mundo e do sofrimento camponês (AMADO, 1946, p. 60).

No que se refere ao processo migratório, principalmente dos meeiros, colonos e trabalhadores, Amado faz com que se visualize um verdadeiro “território circulatório” (TARRIUS, 1994), composto por várias camadas de relacionalidades microsociológicas e estruturais que sedimentam memórias e vivências das desigualdades socioterritoriais e históricas. Como afirmado por Durham (1973, p. 222), “as migrações rurais no Brasil destacam a desintegração de um modo de vida”.

A trajetória migratória é bastante longa e envolve um deslocamento de dias a fio feito a pé, de barco e trem, até São Paulo. O estado é considerado como “terra de oportunidade”, local em que se conquista até mesmo “terra de graça e dinheiro farto” (AMADO, 1946, p. 61) e fácil trabalho nas lavouras de café.

No entanto, é no trajeto pela caatinga que os cadáveres vão dando vida aos mandacarus espinhosos. Também é o espaço dos migrantes que retornam de São Paulo, “onde não existe nem terra nem dinheiro”, e de outros migrantes que se deslocam de regiões mais longínquas, como do Ceará. Destaca-se, no deslocamento da família, o descanso nas igrejas que encontravam pelo caminho, a passagem por outras fazendas e as paradas nelas, bem como o trabalho sazonal que sustentava o próprio deslocamento. Alguns migrantes também ficam pelo caminho. Na narrativa de *Seara Vermelha*, um dos filhos de Jerônimo, Agostinho, decide ficar e não continuar:

Se não se sentisse doente e fraco, Jerônimo teria sido capaz de rebentar Agostinho de pancada. Onde já se viu largar a família assim quando estão todos viajando para longe? Mas a viagem mudou muito o velho Jerônimo. Sua família está desmantelada. Morreu gente pelo caminho, outros estão doentes, ele mesmo com aquela dor nas costas e aquele calor no rosto... – Tu quer ficar, pode ficar... Eu te deito minha benção pra Deus te ajudar... Nois vai pra frente, isso aqui não tem futuro... – Quem sabe depois eu não vou encontrar com vosmecês? Se não me der bem por aqui... – Vamos dormir... – completou Jerônimo (AMADO, 1946, p. 112).

O segundo território, após a vida e morte na caatinga, era o Rio São Francisco. Assim, o autor afirmou: “onde termina a miséria da caatinga e começa a miséria do Rio São Francisco” (AMADO, 1946, p. 61), em Juazeiro (BA):

Os navios partiam com as terceiras classes abarrotadas e por vezes os imigrantes tinham que esperar vaga porque eram muitos e os vapores comportavam pouca gente apesar de que na terceira classe os sertanejos seguiam amontoados quase que uns por cima dos outros (AMADO, 1946, p. 114).

A primeira parada é em Juazeiro. Era de lá que partiam os vapores até Pirapora (MG); a distância navegável entre as cidades é de 1.300 quilômetros. Juazeiro se destaca historicamente no território baiano, uma vez que o município era uma terra indígena, da etnia Cariri. Foi elevado a município em 1878 e, por sua localização estratégica nas margens do Rio São Francisco, era reconhecido como o “Oásis do Sertão”. A região era amplamente reconhecida pela Estrada de Ferro da Bahia ao São Francisco, único acesso que cortava o interior rumo a Salvador. Segundo o historiador João Fernandes da Cunha,

durante mais de meio século foi aquela estrada o único meio de transporte de que dispunham os habitantes da região e só a partir de 1967 [...], a ferrovia começou a perder aquele privilégio, intensificando-se o transporte rodoviário (CUNHA, 1978, p. 110).

Ainda no final do século XIX, “Tarte, engenheiro belga, apresentou ao Governo Imperial um requerimento de privilégio para explorar a navegação a vapor no Rio São Francisco e seus afluentes, até então navegados apenas por barcas, canoas e ajoujos” (CUNHA, 1978, p. 112). Desde esse evento, foram inúmeras as iniciativas e soluções para que o Rio fosse navegável e explorado comercialmente, com grande embarcação, que transportava mercadorias destinada ao consumo local, tais

como: “açúcar, feijão, milho, fumo, sal, querosene, fósforos, cachaça, tecidos, miudezas e drogas” (CUNHA, 1978, p. 121), e passageiros em direção a Minas Gerais. Juazeiro viu, dada a movimentação trazida por grandes projetos de transporte, sua economia local se fortalecer e, dessa forma, assumiu um papel particular na economia do estado da Bahia, posicionando-se como polo de desenvolvimento local e de integração regional.

Na Figura 2, destaca-se a possível região de deslocamento dos migrantes de *Seara Vermelha* em direção à Juazeiro.

Figura 2 - Mapa do Estado da Bahia com destaque ao caminho Sertão-Juazeiro



Fonte: Elaborado pela autora a partir da carta do IBGE (IBGE, 2023).

Já na década de 1940, o Rio São Francisco cumpria uma importante função no transporte de passageiros entre os estados da Bahia e Minas Gerais. No livro, não é possível identificar exatamente de onde os migrantes estão saindo, no entanto, a direção é certa: pretendem chegar a Juazeiro para pegar uma embarcação até Pirapora, de onde partia o trem para São Paulo.

As embarcações levavam de dez dias a um mês para voltar a Juazeiro. Isso fazia com que os migrantes acampassem pela cidade à espera do vapor.

Nesse território, havia um comércio local que se enriquecia pela chegada dos migrantes, bem como serviços de saúde, tais como hospitais. É nele que Jerônimo recebe o diagnóstico de adoecimento por tuberculose. Nas primeiras décadas do século XX, a historiografia aponta, houve o aumento dos diagnósticos de tuberculose no Brasil. A doença, conforme explica Bertolli Filho (2001), passou a se configurar como uma questão urbana e vinculada às vulnerabilidades sociais.

Seguindo a viagem, no romance de Jorge Amado, Jerônimo e sua família foram barrados em Pirapora, na companhia que trazia migrantes a São Paulo, por estarem com sintomas de tuberculose. Registra-se, já nessa passagem do romance, que a viagem para Pirapora era marcada pela memória daqueles que não chegaram vivos ou que seguiram outros caminhos.

Arquivos do Museu da Imigração de São Paulo recuperaram jornais do período nos quais se relata a desconfiança “sanitária” em relação àqueles que migravam do Nordeste passando por Pirapora (MG).

É sabido o que se passa, ali mesmo, à rua Brigadeiro Tobias: 400 e tantos retirantes do Nordeste detidos pela polícia! Espetáculo degradante. Essa gente desceu do São Francisco. Tomou o trem em Pirapora. No meio dela, vieram alguns variolosos. Aqui chegando, o governo isola esses homens em pleno coração da cidade, num velho pardieiro, sem higiene. É verdadeiramente lamentável! (*CORREIO PAULISTANO*, 10 jan. 1934).⁵

As condições anteriores à chegada a Pirapora eram péssimas. No barco, muitos migrantes morriam. O neto de Jerônimo e Jucundina, Ernesto – o mais cuidado de todos pela avó –, não foi o primeiro menino a morrer, nem o último, em tenra idade.

⁵ Disponível em: <<https://museudaimigracao.org.br/en/blog/conhecendo-o-acervo/brasil-brasileiros-na-hospedaria-a-decada-de-1930-um-periodo-de-transformacoes>>. Acesso em: 20 jan. 2023.

“Outros morreram antes, e até adultos ficaram nas águas do rio com a disenteria” (AMADO, 1946, p. 142). No estudo sociológico de Neves (2006, p. 106), conclui-se que “os retirantes da caatinga chegavam subnutridos e esfarrapados à ribeira do São Francisco. Traziam doença, sofrimento e penúria estampados na face”.

Ao aportarem em Pirapora, a primeira imagem é a dos mendigos que enchiam as ruas. A família, juntamente com outras dezenas de migrantes, parte à procura das pensões baratas que atendessem a esse grupo, seguindo o destino de qualquer migrante ao chegar a uma nova cidade, sem rede de apoio familiar, por exemplo.

Pirapora, como Juazeiro, foi território Cariri e elevada à municipalidade em 1915. Sua posição geográfica, próxima ao Rio São Francisco, impulsionou seu desenvolvimento já nos primeiros tempos, o que transformou o município em um entroncamento hidroviário.

Tal como Jorge Amado (1946), outros observadores e cientistas sociais anotavam a pressão migratória presente na cidade de Pirapora. O importante geógrafo brasileiro Jorge Zarur, notável nos primeiros tempos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), descreveu o fenômeno migratório em Minas Gerais.

Segundo Zarur (1946, p. 15), nas margens próximas ao rio, havia inúmeras pousadas onde se concentravam os migrantes nordestinos, “à espera de trens que os levarão ao ‘Eldorado’ de São Paulo, ou que procedentes do sul esperam uma passagem de segunda classe num batelão que os conduzirá de volta à sua terra”. Porém, antes, era necessário passar por uma triagem para identificar doenças contraídas no deslocamento ou precedentes a ele, tal como aponta o romance de Jorge Amado. Logo, é evidente que o processo migratório de baianos para São Paulo foi seletivo e atuou de maneira a classificar os braços necessários para a lavoura. Segue a passagem sobre o tema em que Amado constrói o cotidiano do Dr. Epaminondas:

Ali, em cima da mesa, estavam as papeletas. Um monte, diminuía devagar. Nessa tarde ele já examinara vinte imigrantes e apenas nove tinham saído com as papeletas que afixavam a sua saúde e lhes garantia o passe para São Paulo na outra parte do prédio, onde funcionava a repartição do Serviço de Imigração do Estado de São Paulo. Quase todos com impaludismo, outros com verminose, uns tísicos, até um caso de lepra aparecera naquele dia (...) (AMADO, 1946, p.150).

Amado, então, discute acerca da população sobrando nesse processo ao descrever Pirapora como uma cidade de mendigos e prostitutas: “os mendigos enchiam a cidade. Assaltavam os passageiros chegados de primeira classe, faziam ponto na estação e frente aos hotéis, era uma espantosa multidão chagada e imunda” (AMADO, 1946, p. 179). Os migrantes em vulnerabilidade social oscilam em direção à mendicância em situações de profunda desigualdade, como a relatada no romance.

Nesse cenário, a personagem Marta, filha de Jerônimo e Jucundina, toma relevo no romance. Assediada pelo médico responsável pela triagem dos migrantes que recebiam passagem para ir para São Paulo, ela foi uma “presa fácil” para o doutor, que demonstrava decadência moral desde que chegara à Pirapora, tendo este deixado sua noiva em outro estado. Marta resolve ceder aos assédios do médico em troca da autorização para o pai. Então, após “possuir” Marta, Doutor Epaminondas cede a autorização a Jerônimo mesmo sabendo que ele estava doente. No entanto, Jerônimo, por intermédio de redes de fofoca, fica sabendo que Marta havia se “entregado” ao médico e a expulsa da companhia da família com xingamentos de “puta”, “desgraçada”, “sem vergonha”. Marta encontra abrigo no cabaré da cidade e se lança na carreira de prostituta.

Marta sustentava a família com dinheiro da prostituição. Jerônimo e Tonho pediam esmolas, mas os mendigos eram muitos. Continuavam a viver sob a árvore, na promiscuidade de dezenas de outros imigrantes, todos à espera do trem ou do passe. Jerônimo jamais voltara a falar na filha, mas cedo percebeu que o dinheiro com que Jucundina comprava farinha, feijão, açúcar, café e carne-seca provinha dela, dos homens que dormiam com ela (AMADO, 1946, p. 191).

Finalmente, o circuito é fechado. O dia de pegar o trem em Pirapora chega. Jerônimo e Jucundina não imaginavam que uma surpresa ainda aguardava o casal: o reencontro com Gregório, um amigo da antiga fazenda que acabava de chegar à Pirapora. No momento do embarque, o casal é questionado por ele sobre todos aqueles que partiram da fazenda: “e o resto da família?”. Jerônimo reconhece que “a fome comeu pelo caminho” (AMADO, 1946, p. 193).

É por meio desse fechamento trágico da seção que Amado mostra Jerônimo um homem adoecido pelas condições de vida, derrotado por elas, mas reflexivo. A família segue, assim, a viagem até São Paulo. A primeira parte do livro termina, e nada mais se sabe do destino da família até o epílogo, dedicado prioritariamente ao personagem Tonho (neto de Jucundina e Jerônimo).

Possivelmente, da Hospedaria dos Imigrantes, a família foi encaminhada à colheita de café no interior de São Paulo – região de São José do Rio Preto. Nesse território, na composição de Amado (1946), há a sobreposição de processos migratórios, onde italianos e nordestinos dividem o mesmo espaço de morada e trabalho: “Tonho passava pela estrada, em caminho da cidade, e talvez houvesse exagero nas palavras elogiosas da moça ítalo-paulista que já acostumara os olhos na visão dos mulatos e caboclos nordestinos” (AMADO, 1946, p. 331).

É também nas terras geladas do interior de São Paulo e na visita ao tio Nenén, preso em Ilha Grande (RJ), que Tonho

se envolverá com temas relativos à luta social. A vinculação de Tonho ao Partido Comunista, “para lutar contra o sofrimento e a fome” (AMADO, 1946, p. 339), e o retorno do tio à vida pública, após a prisão por envolvimento ao levante comunista de 1935, estabelecem uma nova história à família.

Nenén volta ao sertão, por onde seus pais haviam caminhado, retorna à seara vermelha de “sangue e fome” para realizar a colheita. O que significa, na interpretação final deste ensaio, organizar a classe trabalhadora ou campesinato contra o sistema que os expropriava, o latifúndio. Em alguma medida, é direta a referência à formação da Ligas Camponesas no Nordeste brasileiro da década de 1950, fundamental ao questionamento da estrutura fundiária do país (BASTOS, 1984).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nos caminhos das considerações finais deste ensaio, compreende-se que *Seara Vermelha*, de Jorge Amado, apresentou-nos uma face do Brasil da década de 1940, a saber, a face dos empobrecidos e expulsos pelo latifúndio e a ausência de políticas sociais e econômicas de fixação de população no campo. Sabe-se que a desestruturação do modo de vida rural, em razão de novas formas de gestão do trabalho no campo, e a conseqüente expulsão de milhares de trabalhadores da terra onde trabalhavam promoveu o desenvolvimento de outras localidades, como São Paulo.

A força de trabalho liberada serviu ao projeto da agricultura do café e da indústria (considerando-se também as outras atividades que estimulou). A insustentabilidade da vida nos interiores do Nordeste, produzida pelas novas perspectivas econômicas nacionais, foi responsável pela marcha dos despossuídos representados por Jorge Amado na análise deste ensaio.

Dessa forma, a ficção criada por Amado, por meio do profundo conhecimento que tinha de seu estado, apresenta como uma referência importante que conta parte da história nacional: dos migrantes nordestinos da década de 1940 rumo ao estado de São Paulo. Considera-se que o autor cria tipos sociais que, ao dar carne e sangue aos dados quantitativos já conhecidos pelos economistas políticos do período, qualificam o debate.

A literatura, enquanto criação contextual, oferece ao público leitor uma imagem do processo, uma imagem ficcional e abstrata de um processo verídico, conforme a historiografia da Bahia, de Minas Gerais e de São Paulo atestaria anos depois da publicação de *Seara Vermelha*. Verifica-se também a ilustração das tensões políticas e sociais do período; há uma crença, na obra, de que a educação dos camponeses para a luta social é fundamental para a construção de um novo país.

Já no início do século XXI, a pesquisa de Paiva (2004) constata que “a São Paulo imigrante também é considerada a maior cidade nordestina do país, hoje ela possui bairros cuja população migrante é bastante densa” (PAIVA, 2004, p. 21). Em 2015, o estado de São Paulo era o principal destino de migrantes vindos da região Nordeste: 5,6 milhões, ou seja, 12,66% da população do estado, segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), do IBGE (2015). Pensando nesses dados e os confrontando com os produtos que a literatura nos ofereceu, incluindo a *Seara Vermelha*, de Jorge Amado, compreende-se que o processo migratório rural foi um dos mais relevantes no século XX.

Os migrantes que ainda hoje procuram o Sudeste, em especial a cidade de São Paulo, cresceram ouvindo as histórias de seus avós, da descida a pé, de trem e de pau de arara. Além destas, as histórias de superação e melhora na condição de vida movimentam o imaginário coletivo sobre a migração. Essa representação unida a uma estrutura que produz empobrecimento é ainda responsável pelo disparador do processo migratório contemporâneo.

No entanto, diferentemente do que se encontra como alternativa à violenta migração em *Seara Vermelha*, a busca pelo comunismo, em nosso tempo são discretas as proposições de saídas de emergência ou construção de um novo mundo. Dessa maneira, a migração ainda se configura, parafrazeando Amado (1946, p.60), como uma “viagem que há muito tempo começou e ninguém sabe quando vai terminar. Recomeçada sempre por homens que se assemelham aos que precederam como a água de um copo à água de outro copo”.

REFERÊNCIAS

- AMADO, J. *Seara Vermelha*. São Paulo: Livraria Martins, 1946.
- BAENINGER, R. *Fases e faces da migração em São Paulo*. Campinas: Nepo/Unicamp, 2012.
- BASTOS, E. R. *As Ligas Camponesas*. RJ, Editora Vozes, 1984.
- BERTOLLI FILHO, C. *História social da tuberculose e do tuberculoso: 1900-1950* [online]. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2001.
- CUNHA, J. F. *Memória histórica de Juazeiro*. Salvador: Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, 1978.
- DURHAM, E. *A Caminho da Cidade*. São Paulo: Perspectiva, 1973.
- FURTADO, C. *Seca e poder*. Entrevista com Celso Furtado. Entrevistadores: Maria da Conceição Tavares Manuel Correia de Andrade Raimundo Rodrigues Pereira. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1998.
- FURTADO, C. *Formação Econômica do Brasil*. 34. ed. São Paulo: Companhia da Letras, 2007.
- GARCEZ, A. N. R; MACHADO, H. A. *Leis de terra do Estado da Bahia*. 2. Ed. Salvador: SEAGRI/CDA/DESAGRO/FBR, 2001.

GERMANI, G. I. Questão agrária e movimentos sociais: a territorialização da luta pela terra na Bahia. In: COELHO NETO, A. S.; SANTOS, E. M. C.; SILVA, O. A. (Orgs.). *(GEO)grafias dos movimentos sociais*. Feira de Santana: UEFS, 2010, p. 269-304.

GOMES, S. C. Uma inserção dos migrantes nordestinos em São Paulo: o comércio de retalhos. *Imaginário*, vol.12, n.13, pp. 143-169, 2006. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.1981-1616.v12i13p143-169>. Acesso em: 12 jul. 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Mapas*. Disponível em: <https://portaldemapas.ibge.gov.br/portal.php#homepage>. Acesso em: 20 fev. 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) 2015*. Disponível em: Volume Brasil | IBGE. Acesso em: 11 jul. 2023.

MACIEL, L. *Entre o rural e o urbano: processos migratórios de trabalhadores rurais do Alto e Médio Canindé piauiense para a Região Central de São Paulo*. 2016. Tese (Doutorado em sociologia) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

MACIEL, L. M.; AQUINO, A. De. As migrações internas à luz do pensamento de Roberto Simonsen: uma análise crítica do ensaio “Recursos Econômicos e Movimentos das Populações”. *Tempos Históricos*, [s.l.], v. 23, n. 2, p. 65-97, 2020.

MATTA, A. *História da Bahia*. Salvador: Eduneb, 2013.

NEVES, Z. *Na Carreira do Rio São Francisco: trabalho e sociabilidade dos vapozeiros*. Belo Horizonte: Itatiaia, 2006.

OJIMA, R.; FUSCO, W. Migrações e nordestinos pelo Brasil: uma breve contextualização. In: OJIMA, Ricardo; FUSCO, Wilson. *Migrações Nordestinas no Século 21 - Um Panorama Recente*. São Paulo: Edgard Blücher, 2015, p. 11-26.

- PAIVA, O. *Caminhos Cruzados: Migração e Construção do Brasil Moderno (1930-1950)*. Bauru: EDUSC, 2004.
- QUEIROZ, R. *O Quinze*. 82. Ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2006.
- RAFFESTIN, C. *Por uma geografia do poder*. São Paulo: Ática, 1993.
- RAMOS, G. *Vidas Secas*. 74. ed. Rio de Janeiro: Record, 1998.
- RIBEIRO, D. *O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- SAYAD, A. *La double Absence*. Des illusions de l'emigré aux souffrance de l'immigré. Collection Liber. Paris: Seuil, 1999.
- SINGER, P. *Economia política da urbanização*. 3.ed. São Paulo: Brasiliense, 1976.
- SINGER, P. *Migração e Urbanização*. São Paulo: Brasiliense, 1980.
- SOUZA, E. M. O. Cruzando memórias e espaço de cultura: Dom Macedo Costa – Bahia (1930-1960). *Projeto História*, vol. 18, p. 361-379, jan./jun. 1999.
- TARRIUS, A. Territoires circulatoires et espaces urbains. Différenciation des groupes migrants. *Les annales de la Recherche Urbaine*, Paris, n. 59-60, p. 51-60, 1994.
- TAVARES, L. *História da Bahia*. Salvador: Edufba/UNESP, 2001.
- ZARUR, J. *A Bacia do Médio São Francisco (Uma Análise Regional)*. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística/Conselho Nacional de Geografia, 1946.

LIDIANE M. MACIEL – Doutora em Sociologia pela Unicamp. Professora da Universidade do Vale do Paraíba – São José dos Campos/SP, do Programa de Pós-graduação em Planejamento Urbano e Regional. Coordenadora do Núcleo de Cartografias Sociais e Metodologias Participativas na mesma universidade. E-mail: lidiani.maciel@gmail.com